



# Anais da Assembleia

Nº 110

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 85.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Antônio Annibelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademir Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Távares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colação (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Geraldo Cartário, José Alves, Luiz Antonio Setti, Neivo Berildin, Ovídio Constantino e Rossoni (13). Achando-se em licença, os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri e Dirceu Manfrineto (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

OFÍCIO Nº 44/91

Senhor Presidente.

Vimos, por intermédio deste, justificar a ausência do Deputado Ovídio José

Constantino, integrante de nossa Bancada na ALEP, que por motivo de reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira/PR, no dia de hoje (05 de setembro de 1991), não comparecerá à sessão ordinária.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Sala das Sessões, em 05.0.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

OFÍCIO Nº 090/91

Tribunal Regional Eleitoral do  
Estado do Paraná

JUIZ ELEITORAL DA 92.<sup>a</sup> ZONA

Senhor Presidente.

Com o presente e tendo em vista a realização do plebiscito de Rancho Alegre do Oeste, tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que o pleito teve andamento normal, sem qualquer ocorrência digna de registro.

Outrossim, passo às mãos de Vossa Excelência a Ata Final de Apuração do plebiscito realizado no dia 01 de setembro próximo passado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) LUIZ TARO OYAMA

Juiz Eleitoral

OFÍCIO Nº 36/91

Tribunal Regional Eleitoral do  
Estado do Paraná

JUIZO ELEITORAL DA 112.<sup>a</sup> ZONA

Senhor Presidente.

Com o presente, estamos enviando em anexo a Vossa Senhoria, cópia da Ata Final da Apuração da consulta plebiscitária realizada no Distrito de Diamante do Sul, em 1º de setembro de 1991, com os respectivos resultados.

No ensejo, reiteramos a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) ROBERTO PORTUGAL BACELLAR

Juiz Eleitoral Designado

## Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 377/91

(Mensagem n° 075/91), que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 57.399.000.00 (cinquenta e sete milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros), para atender despesas com elaboração de projeto no Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

# REQUERIMENTO N° 2239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor PIO RODRIGUES, ocorrido no dia 03 de setembro do corrente ano, no município de Jardim Alegre-PR.

Sala das Sessões, em 05.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

# REQUERIMENTO N° 2235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de MALLET pela passagem do seu 79° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal. LAURO BARAN. ao Vice-Prefeito. Sr. SILVESTRE GABRIEL PRZYBYSZ bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de MALLET.

Sala das Sessões, em 05.09.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA

No próximo dia 21 de setembro o município de MALLET estará comemorando festivamente seus 79 anos de fundação.

Mallet, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, conta hoje com extraordinário surto de progresso.

É com orgulho, portanto, que o povo de MALLET comemora o 79° aniversário de seu município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de MALLET já conquistou com o trabalho desenvolvido pelo seu atual Prefeito LAURO BARAN, com respaldo de seus representantes e a colaboração de toda a comunidade satisfatoriamente se transformará numa realidade.

Nesta data tão significativa, toda população de Mallet é credora de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança sendo exemplo de trabalho e dedicação para os demais municípios pa-

ranaenses.

Quase todos os Municípios localizados na região sul do Paraná tiveram seu início nos trabalhos de penetração das bandeiras organizadas em Curitiba e Municípios adjacentes. Enfrentando toda sorte de perigos e imprevistos, a bandeira que os pioneiros traziam no sangue, a bravura e a intrepidez dos seus antepassados, enveredou pelo sertão adentro, ora abrindo picadas, ora seguindo por antigos caminhos de tropas; vadeando rios e superando óbices de toda natureza. para, dois meses depois, atingir a região localizada à margem esquerda de um rio, onde fundou um pequeno povoado, com moradias provisórias, e lhe deu a denominação de Rio Claro, em virtude da limpidez das águas do rio que banha aquelas paragens.

As quinze famílias que realizaram tal empreendimento tinham por objetivo dedicar-se a agricultura e à pecuária.

Decorridos seis anos do estabelecimento desses pioneiros em Rio Claro, isto é, em 1890, aportou à região a primeira leva de imigrantes europeus, vindos diretamente da Polônia, aos quais o Governo Imperial vendeu vários lotes coloniais de 10 alqueires de terra, a longo prazo, concedendo-lhes sustento por dois meses, seguindo, assim, a política adotada para a formação de outros núcleos coloniais estrangeiros no Paraná.

Oriundo de países dominados pela Áustria, nova leva de colonos europeus, desta vez ucranianos, chegava à localidade, no ano de 1895.

Tendo em vista o progresso e o desenvolvimento da região que se processava, com ampla expansão para as localidades circunjacentes, a índole católica dos povoadores fez erigir uma capela em louvor à Nossa Senhora do Rosário, e, nas proximidades dela, também em Rio Claro, um cemitério.

Alguns anos mais tarde, à vista do considerável aumento de fiéis, no mesmo local da capela foi construída a Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Por esta época, já haviam sido erigidos nas proximidades do povoado, um clube recreativo polonês, um brasileiro e um ucraniano; quatro escolas e mais três capelas da religião católica apostólica romana.

Com a construção da Capela de São Pedro, à margem direita do Rio Xarqueada, formou-se em seu derredor um pequeno povoado, que tomou a denominação de São Pedro, em homenagem ao seu padroeiro.

Em 1903, os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (atual Rede Viação Paraná-Santa Catarina), atingiram a povoação, sendo então inaugurada a respectiva Estação Ferroviária, que recebeu o nome de Estação Marechal Mallet, em home-

nagem ao engenheiro-militar Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, natural de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Formou-se, desta forma, um povoado a que se deu o nome aglutinado de São Pedro de Mallet. Para esse povoado afluíram a maior parte dos moradores das redondezas, e, de lugares distantes chegaram várias famílias, formando, assim, uma pequena povoação, que não tardou a ser elevada à categoria de distrito administrativo do município de São João do Triunfo.

Novo contingente de imigrantes chegou à localidade em 1909. Fundou-se, então, a colônia de Vera Guarani, em terras próximas à colônia Rio Claro, que foi povoada com 825 famílias polonesas, russas e nacionais. Com a disseminação desses colonos, surgiram outros núcleos coloniais, entre os quais Santa Ana, Eufrosina e Fluviópolis.

O impulso dado ao progresso da região com a execução dessa medida verdadeiramente notável, tanto assim que, três anos depois, o distrito de São Pedro de Mallet era elevado à categoria de município autônomo, desmembrado do de São Mateus do Sul, a cujo território já pertencia nesta época.

O município foi criado pela Lei Estadual n° 1.189, de 15 de abril de 1912, abrangendo os distritos da sede e de Rio Claro. A instalação da nova comuna e posse das respectivas autoridades se verificou no dia 21 de setembro do mesmo ano.

Em 26 de março de 1921 foi criado o distrito administrativo de Paulo Frontin, e, em 1938, o distrito de Dorizon.

A Lei Estadual n° 2.645, de 1° de abril de 1929, deu oficialmente a denominação e grafia de Mallet ao município oriundo do antigo povoado fundado pelos bandeirantes de Campo Largo, em 1884.

Decorrente da Lei Estadual n° 790, de 14 de novembro de 1951, o município foi desmembrado, para ser criado o município de Paulo Frontin, compreendendo o território do distrito do mesmo nome que, por esse ato, foi elevado à categoria de município.

Em 22 de novembro de 1892, foi criado o distrito judiciário de Rio Claro (atual Rio Claro do Sul), por ato do então município de São João do Triunfo, do qual fazia parte, uma vez que o município de São Mateus foi criado em 1908, desmembrado do de São João do Triunfo.

O distrito judiciário de São Pedro de Mallet (hoje Mallet), da comarca de São Mateus, foi criado em 17 de dezembro de 1908, sendo elevado a termo judiciário em 24 de março de 1923, pela Lei n° 2.193, dessa data, fazendo parte da comarca de União da Vitória.

Pelo Decreto Lei n° 199, de 30 de de-

zembro de 1943, foi criada a comarca de Mallet, com distritos judiciários de Mallet (sede), Rio Claro do Sul, Dorizon e Paulo Frontin.

Anteriormente, pela Lei n° 5.907, de 09 de dezembro de 1937, o termo de MALLETT tinha sido elevado à categoria de comarca, tendo, todavia, duração efêmera. O distrito judiciário de Dorizon foi criado em 1938, enquanto que, anteriormente, pela Lei n° 2.040, de 26 de março de 1921, foi criado o distrito judiciário de Paulo Frontin.

#### REQUERIMENTO N° 2236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de SÃO MATEUS DO SUL, pela passagem dos seus 83 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Doutor ENÉAS HENRIQUE DOS SANTOS DISTÉFANO, ao Vice-Prefeito, Sr. FRANCISCO LUIZ ULBRICH, bem como a todos os Senhores Veradores para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem toda a laboriosa população de SÃO MATEUS DO SUL.

Sala das Sessões, em 05.09.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Os primeiros moradores de São Mateus, aqueles que formaram o primeiro lastro humano da sociedade sertaneja de então, foram brasileiros, espanhóis e alemães.

Somente passados muitos anos, chegaram as primeiras leva de imigrantes eslavos, poloneses, ucranianos, russos, etc.

O principal fator de progresso de São Mateus decorre da indústria e comércio da erva-mate, cujo transporte foi grandemente facilitado por ser feito através da navegação pelo Rio Iguaçu.

São Mateus do Sul tem se sobressaído ultimamente no noticiário da imprensa, face às suas imensas reservas e jazidas de "xisto pirobotuminoso", em estudos para sua industrialização, por parte da PETROBRÁS. Há também no município, vestígios de petróleo, fato este conhecido desde 1890, cujas iniciativas (perfurações) lograram encontrar "óleo negro", como se verificou em 1920.

A denominação atual do município representa uma homenagem ao grande apóstolo cristão, São Mateus.

Foi graças às suas riquezas naturais e a determinação do seu povo, que SÃO MATEUS DO SUL conseguiu desenvolvimento e pro-

gresso, para orgulho de seus habitantes sãomateuenses ou não, mas que aprenderam a admirar e respeitar a cidade que os acolheu, assim como acolheu, há 83 anos, os primeiros que lá chegaram.

Por toda a dedicação, trabalho e esforço da população de São Mateus do Sul ao longo de todos estes anos, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado representante da região, registra este voto, na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

#### REQUERIMENTO N° 2237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consigna-ção na Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de congratulações à FAMÍLIA ARNS, pelo lançamento do livro "TEMPO DO PAI" - Gabriel Arns (1890-1990), ocorrido no dia 02 próximo passado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família homenageada.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) JOAO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O requerimento tem a preocupação pre-cípua de registrar uma justa e indiscuti-vel homenagem à FAMÍLIA ARNS.

"TEMPO DO PAI": homenagem escrita a 26 mãos pelos descendentes de Gabriel Arns, patriarca da família.

GABRIEL ARNS, nascido no mês de novem-bro do ano de 1890, em São Martinho do Capivari - Santa Catarina, deixou lições de vida que marcaram e continuam marcando vá-rias gerações.

Descendente de alemães, em 1913 casou-se com a Senhora Helena Steiner, época em que começou uma vida marcada por um tripé de sabedoria: a educação com formação na fé; a vida comunitária e a valorização do trabalho.

Foram essas lições que seus filhos - cinco religiosos, quatro professores, dois engenheiros, uma médica e um agricultor - transcrevem neste livro.

Gabriel Arns, aos 18 anos, junto com amigos, fundou o município de Forquilha-nha, no sul de Santa Catarina.

Foi Gabriel Arns que também iniciou um sistema cooperativo na região, transfor-mando suas propriedades (serraria, leite-ria e a casa de negócios), numa grande co-operativa, beneficiando todos os colonos.

Seu modo de vida e seus valores marcam todas as páginas do livro.

#### REQUERIMENTO N° 2242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja inseri-

do nos Anais da Casa, votos de congratula-ções ao JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, em vis-ta da série de reportagens sobre a educa-ção brasileira, intitulada REPÚBLICA DA IGNORÂNCIA, iniciada no dia 01 de setembro do corrente ano.

Do aprovado, requer ainda, comunicação à direção do jornal.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

#### JUSTIFICATIVA:

Congratulo-me com o JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, por colocar em discussão este tema de fundamental importância, trazendo à tona, a lastimável situação educacional do país.

#### REQUERIMENTO N° 2238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são confe-ridas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - AMOP, manifestando total apoio deste Legislativo ao ato público que será realizado neste sábado, dia 07 de setembro, incluindo o fechamento da BR-277 no trecho que liga Cascavel a Foz do Iguaçu, na luta pela duplicação da-quele rodovia federal no trecho já mencio-nado.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento aos Senhores Prefeitos e Presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios de Cascavel, Santa Tereza do Oeste, Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Teresinha do Itaipu e Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) ERNANI PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

A manifestação promovida pela AMOP tem por objetivo sensibilizar o governo fede-ral quanto à necessidade de duplicação da BR-277, no trecho entre Cascavel e Foz do Iguaçu, cujo trânsito avoluma-se de forma crescente e o tráfego apresenta-se de alto risco, com elevado número de acidentes diários, ceifando inúmeras vidas por conta única e exclusivamente do descaso do Go-verno Federal no atendimento a este antigo pleito da comunidade oestina.

Já a admitem as autoridades regionais a hipótese de aceitar a construção de ter-ceira pista, como forma de amenizar a gra-ve situação em que encontra-se o trânsito da rodovia em questão. Porém, o que mere-cem é ver duplicada a BR-277, corredor de exportações tanto do Brasil rumo ao Para-guai, quanto do Paraguai rumo ao Porto de Paranaguá, além de via de intrreligação da crescente região Oeste, especificamente entre as cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu.

Contamos, ante ao exposto, com a apro-

vação unânime do presente, não por tratar-se de iniciativa de nossa autoria, mas em vista da mobilização desenvolvida pela AMOP, merecedora de todo nosso apoio.

## REQUERIMENTO N° 2239-A

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem, muito respeitosamente, ouvido o soberano Plenário, REQUERER a convocação do Senhor Governador Roberto Requião, do Senhor Max Rosenmann - Deputado Federal e do Senhor Tony Garcia para que, num prazo de 20 dias, comparecerem neste Plenário, em dia e hora a serem marcados, para prestarem esclarecimentos aos Senhores Deputados de verbas federais. A presença dos convocados deverá ser nessa mesma sessão.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

## REQUERIMENTO N° 2241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja solicitado providências urgentes ao Excelentíssimo Senhor Antonio Cabrera, Ministro da Agricultura com relação ao abusivo crescimento do preço real da semente de milho tratado em aproximadamente 50% (cinquenta por cento), num ano.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

## JUSTIFICATIVA:

Os dados mostram o absurdo que está acontecendo com os produtores de milho. Veja bem, em safras anteriores os agricultores dispndiam 7 sacas (40 Kg) para adquirir 01 saca. Nesta safra 91/92 serão necessárias 15 sacas por apenas 01 saca. Esta correlação indica um crescimento do preço real desse insumo, de 50% num ano. Isto significa que anteriormente os produtores gastavam cerca de 5% do custo total da produção com sementes de milho, hoje este insumo consome mais de 11%. Neste sentido, esperamos a interferência do Governo Federal no sentido de que a semente de milho volte aos padrões normais. Que o Ministro da Agricultura reveja este quadro agravante e tome as devidas providências, pois a agricultura já está sendo penalizada e é inadmissível o que as empresas produtoras de milho tratado estão fazendo. Todos nós, vivemos da agricultura e esperamos que atos dessa natureza sejam reprimidos severamente pelo Ministério.

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 395/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a União Paranaense dos Estudantes - UPE, o imóvel situado a Rua Carlos Cavalcanti 1157, onde se encontra instalada a sede daquela entidade.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução da entidade, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado, livre de qualquer indenização.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.09.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

O trabalho desenvolvido pela UPE em prol da comunidade estudantil do Estado do Paraná é incontestável e se remota a imemoriais tempos e episódios que em muito contribuíram para o retorno a democracia e a liberdade e garantia dos direitos do cidadão. E representa o baluarte das reivindicações estudantis e da comunidade como um todo, sempre colocando-se em defesa do necessário, preterido em seu direito. A UPE faz parte do passado histórico de luta de nosso povo por dias melhores, e não pode simples e puramente ser ignorada, pois seria relegar a história.

E dentro de sua luta, hoje se encontra a retomada daquilo que lhe é mais sagrado e necessário, ou seja, a devolução daquilo que é seu por direito e da qual se viu despojada pelo regime ditatorial, que se implantou no País após 1964, sua sede, então transferida a PARANATUR na ocasião, revertido ao Estado em 1983, e hoje cedido em comodato a UPE, com o agravante de não poder locar qualquer das dependências, locação esta que em épocas outras, garantiam a manutenção do imóvel e da entidade, haja visto não possuir fonte de recursos próprios e não ter fins lucrativos, encontrando-se o imóvel em condições lastimáveis de conservação e impedindo o uso para o qual se destina. Para a concessão da doação, na forma do artigo 10 da Constituição Estadual, preenche a entidade todos os quesitos, é reconhecidamente de utilidade pública, lei anexa a presente, não possui fins lucrativos, nem tampouco remunera seu quadro.

Pelo que os nobres Pares apoiando esta iniciativa, estarão fazendo JUSTIÇA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Ontem, um requerimento da Bancada do PT deixou de ser apreciado pelo Plenário com a ressalva de que não se destinava ao

Secretário de Estado. Era um requerimento nosso solicitando o envio de expediente ao Ouvidor Geral.

Segundo o Decreto 22, de 15 de março de 1991 do Senhor Governador do Estado, no seu artigo 1º diz o seguinte:

- "Será designado um Ouvidor Geral dentre os secretários especiais com prerrogativa de Secretário de Estado e com atribuições definidas neste decreto."

Então, pela ordem, Senhor Presidente, eu solicitaria hoje a inclusão desse requerimento na forma original, tendo em vista que o Decreto 22 fixou prerrogativa de Secretário de Estado ao Ouvidor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não entendo que a Ouvidoria Geral seja uma secretaria de Estado. Ela não foi criada por lei. Em todo caso, se V.Exa. quer dar esta oportunidade para que o Senhor Governador legisle por decreto, nós aceitamos o argumento de V.Exa.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu apenas, enquanto não for sustado por esta Casa o decreto do Governador, Senhor Presidente, eu tenho que dobrar às normas que estão em vigor. Ao que consta ninguém, até o momento, questionou a constitucionalidade do decreto do Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bom, nós questionamos na sessão de ontem, mas nos curvamos à decisão de V.Exa. Vamos validar o decreto do Governador.

Esta sessão da Assembléia Legislativa do Paraná é dedicada a reverenciar a memória do ex-Governador Moysés Lupion, paranaense que ocupou por duas vezes a chefia do Executivo Estadual e representou o nosso Estado no Congresso Nacional.

Lupion governou o Paraná numa fase em que o Brasil renascia para a democracia. Era 1947 - fim do Estado Novo de Getúlio Vargas - quando aquela figura profundamente humana, que dividia suas atividades diárias entre a política, o comércio, a indústria e a agricultura, foi conduzida pela manifestação das urnas livres ao seu primeiro mandato de governador dos paranaenses.

Coube a Moysés Lupion abrir os novos caminhos que viriam impulsionar o progresso econômico do nosso Estado, com a exploração intensiva das terras roxas do Norte e a marcha pelos campos e florestas do Sudoeste paranaenses.

Foi uma tarefa difícil, arrojada que criava novos interesses econômicos e políticos.

A distribuição de terras devolutas no Paraná foi o fermento que alimentou as campanhas que lhe foram dirigidas.

O sonho de Lupion foi um Paraná maior, lema de suas duas administrações. Talvez pela grandiosidade de seu sonho, a mesquinhez da vingança acabou por se abater sobre "seu" Moysés - forma carinhosa com que o tratavam os paranaenses.

Puniram-no nos seus direitos políticos e agrediram o seu patrimônio pessoal.

Lupion, no ostracismo político, foi tratado com crueldade.

Apesar disso, Lupion não alimentou ódio contra seus adversários. Mesmo sofrendo a crueldade com que foi banido da vida pública brasileira e paranaense, ele nunca recorreu ao revanchismo.

Ao associar-me à decisão dos Deputados estaduais paranaenses de reverenciar a memória de Moysés Lupion, desejo acentuar que, apesar de ter sido seu adversário político, aprendi a respeitá-lo como homem público preocupado com o Paraná e grande figura humana.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero registrar em nome da Bancada do PT que nós nos somamos a homenagem ao ser humano Moysés Lupion, porém a Bancada do PT não comunga na homenagem póstuma ao homem público.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. devia ter levantado a questão de ordem quando foi requerida a homenagem.

Com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, preciso é que o povo paranaense guarde memória do homem Moysés Lupion pois que ele constitui um capítulo na árdua luta das conquistas do Paraná, que se fizeram com sacrifício e amor, mesmo que em seus episódios se entrecortassem ódios e vociferações.

Estendo esta minha homenagem, também à figura de dona Hermínia Lupion, cujo espírito cívico, cuja bravura e permanente sacrifício em favor dos mais humildes foram o grande fato na vida de Moysés Lupion.

Conheci Moysés Lupion em 1.949, levado pelas mãos do Deputado Justiniano Climaco da Silva. Aos 23 anos tive, pela 1ª vez, contato com um governador, fato que ficou marcado em minha vida.

Já em 54 participava de sua campanha para o senado, quando o P.S.D. elegeu Lupion e Alô Guimarães, Senadores, - fazendo expressivas Bancadas para Assembléia Legislativa e Câmara Federal.

No ano seguinte subia aos palanques com Lupion e Juscelino. Disputei pela 1ª vez e com sucesso a Prefeitura de Ara-



pongas. Todos fomos eleitos.

Passei daí em diante a conviver de perto com Moysés Lupion. Prestigiou-me, como fez com todos os Prefeitos do Paraná. Nossa administração foi fecunda graças ao apoio que nos ofereceu.

Três (3) anos depois já estávamos na Assembléia e por delegação da Bancada e decisão de Moysés Lupion, assumimos a Liderança do P.S.D. e do Governo.

Guardo a lembrança que era tão impregnado de boas intenções que não interferia na escolha do Presidente, concluindo que, pertencendo a outro partido, o Deputado investido nas funções presidenciais era o ideal para que o relacionamento entre os poderes mantivesse equilíbrio.

Convocado pelo grande chefe e amigo, aceitamos o cargo de Secretário do Interior e Justiça e depois da Educação e Cultura.

Delegar poderes aos seus Secretários, dando-lhes total independência era o seu lema, por julgar os outros pelo seu próprio e superior diapasão de conduta.

Lembro-me que, ao assumir a Secretaria de Educação e Cultura, sua única solicitação foi para que mantivesse em cargo de confiança a irmã de adversário político que o havia antecedido como Governador. Não era temor, diga-se a propósito, mas grandeza de princípios; não significava gesto de tibieza, mas de coragem!

E sua visão do ensino superior? Além de outros atos, referendi decretos criando as Faculdades de Direito em Londrina e de Ciências e Letras de União da Vitória. Apraz-me recordar ao eminente Presidente Aníbal Khury, que era Deputado por União da Vitória e se esforçou pela reivindicação de sua terra, que o Governador Moysés Lupion recomendou que o Chefe Pessedista local Libino Pacheco fizesse a indicação de 50% dos funcionários da nova faculdade, reservando os outros 50% a Aníbal. Um gesto de pacificação.

Os despachos constantes nos permitiram analisar seu Governo, sua conduta pessoal e acima de tudo o conhecimento que tinha dos problemas dos paranaenses.

Recebeu no seu primeiro Governo um Estado que administrado por Manoel Ribas, tinha tudo para se projetar.

No segundo mandato, sucedeu a Adolfo de Oliveira Franco, devido a renúncia de Bento Munhoz da Rocha, que tentara sem êxito sua candidatura à Presidência da República.

Nesta eleição de 1955, ao lhe perguntarem em praça pública o que faria com o centro cívico ainda inacabado - obra considerada faraônica na época - respondeu para delícia dos assistentes: "Se me derem uma lata de azeite vazia, basta colocar-lhe uma alça para transformá-la numa caneca de

bom uso. Assim também procederei com o Centro Cívico".

Na educação e saúde, criou o slogan "tudo para um Paraná maior", seguido da fórmula "A saúde pública é o supremo bem". Concretizou tais princípios, disseminando pelo Paraná os postos de saúde e as associações de proteção à maternidade e infância.

Ainda falando de educação, Moysés Lupion doou ao Arcebispado do Curitiba - e tive a honra de apor minha assinatura no documento de outorga - o Hipódromo de Guabirotuba, para ali se instalar a hoje portentosa Pontifícia Universidade do Paraná. Meses depois Curitiba sediava o Congresso Eucarístico Internacional e o governador tinha seu nome olvidado.

Nem por isso as dioceses ficaram sem ajuda. A todas ofereceu imóveis para que pudessem realizar seus programas sociais.

Abriu nossa fronteira agrícola. Fez verdadeira reforma agrária no Paraná.

Transformava as picadas em estradas. Os povoados em prósperas cidades.

Não teve instantes de amizades. Fez amizades permanentes.

De memória prodigiosa, citava nas convenções partidárias todos os municípios, chamando cada convencional pelo nome.

Chefe incontestado do Partido Social Democrático no Paraná, criou lideranças em todos os Municípios e apresentou ao Paraná, grandes figuras, convocando-as para os cargos da administração.

Em torno de Moysés Lupion formávamos um grupo coeso, harmônico, onde todos se respeitavam e serviam com desprendimento ao Paraná.

Porque o Governador era fidalgo, desprovido das fraquezas menores da condição humana! Se tinha um vício, era a disposição desmedida para o trabalho.

Nada o abatia. Nem mesmo as injustiças que ocorreram por longos e longos anos.

Mas nunca o ouvi reclamar. Sem revolta, trazia sempre nos lábios o sorriso próprio dos que perdoam.

Nesta Casa, Moysés Lupion muitas vezes compareceu. Sempre a respeito. Aqui prometeu jurar e cumprir a Constituição e defendê-la. Realmente foi sempre digno dela.

Por ter governado o Paraná mais com o coração do que com a razão, foi vítima de alguns e pagou alto preço pelo seu senso de amizade. Os amigos não têm defeitos!

Inimigo radical dos que perseguiam, foi terrivelmente perseguido.

Contudo sua virtude maior foi perdoar. Não vale a pena ter ódio! Dizia.

"Perde-se tempo adiando, quando esse tempo pode ser aproveitado fazendo algo por alguém".

O Presidente Juscelino, outro brasileiro injustiçado no seu tempo, dizia-me

quando no exílio, onde o fui visitar, ter ficado impressionado com a verdadeira orquestração de calúnias que fora montada para denegrir Moysés Lupion.

Mas Lupion soube resistir a tudo com a grandeza de alma que cumpre aos pósteros reconhecer!

Moysés Lupion casou em primeiras núpcias com a Dona Hermínia Rolim de Moura e sofreu como carinhoso Pater-Familiae, a perda de sua companheira e das filhas Leovigilda e Joana D'Arc.

Já não era mais o mesmo Moysés Lupion, que teve pela família extraordinária adoração.

Quantas vezes o surpreendi, no recôndito de seu lar, afagando as moças Gilda e D'Arc, ou com gestos de extrema fidalguia, respeito e amor a Dona Hermínia.

Acredito estar hoje interpretando os sentimentos de seus amigos que sofreram com a sua morte.

Amigos como Munhoz de Mello, Vidal Vannoni, Lincoln da Cunha Pereira, Moro Redeschi, Raul Vaz, Rafael Resende, Hugo Vieira, Mario Faraco, Dirceu Vianna, Joaquim Peixoto, Nagib Chade, José Vaz de Carvalho, João Mansur, Pio Taborda Veiga, Lustosa de Oliveira, Rene Pereira Alves, Abílio Ribeiro, Anfrísio Siqueira, Erondy Silvêrio, e tantos outros que o ajudaram na grande tarefa de Governar o Paraná. Duas vezes Governador, Senador e Deputado Federal.

Do seu primeiro matrimônio, está entre nós seu filho-varão Ubirajara.

Seus netos, dentre eles Abelardo Lupion, que com raro brilho atua politicamente.

Em 2.<sup>a</sup> núpcias, casou-se Lupion com Dona Wilma Doepfer.

Antes de ingressar na vida pública, Moysés Lupion, na condição de empresário empreendedor, cuja atuação nos ciclos de riqueza da madeira e da exportação, aliada a navegação fluvial e marítima, era um dos homens ricos do País.

Deixou a vida pública diminuído dos recursos que antes tinha e, por incrível que pareça, detentor de um patrimônio inferior aquele que desfrutavam seus acusadores.

Este foi o homem, o político, o chefe de família, o grande líder, o injustiçado, o temente a Deus, o Cristão convicto e acima de tudo o moço pobre que saiu de Jaguarijva e que em toda sua vida serviu o Paraná.

Hoje, com esta homenagem a Casa do Povo do Paraná se torna digna do Governador que viveu cheio de carisma, de bondade, de grandeza.

O Paraná, nesta hora augusta, se curva respeitosamente ante o homem que tanto amou - o Governador Moysés Lupion."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última sexta-feira o Paraná sepultou Moysés Lupion, nosso Governador por duas ocasiões.

Das milhares de pessoas que acompanharam seu corpo do Palácio Iguagu ao Cemitério Municipal era possível ouvir uma expressão única: "era um homem bom".

De todos, um falava de forma mais sentida, mais marcante e corajosa: Abelardo Lupion, "Beca", suplente de Deputado Federal do Paraná, e um cidadão preocupado no resgate e na justiça à memória de um homem correto, que morreu sem odiar e nunca deixou seus familiares guardarem rancor por nada que lhe foi feito.

E como foi pesado o fardo que se depositou nos ombros da família Lupion!

Como tentaram estigmatizar essa boa gente que tantos serviços prestou ao Paraná.

Um político maravilhoso, íntegro, insistia um de seus ex-colaboradores.

As palavras iam e viam, junto com a lembrança das milhares de obras que Lupion semeou no Paraná, da abertura que esse bravo homem deu para o progresso deste Estado.

E, no entanto, em vida, foi depositária de injustiças e difamações.

Como a única autoridade constituída, que acompanhou o corpo do ex-Governador desde o Palácio até o momento derradeiro do sepultamento, tendo como testemunha os amigos, familiares e colaboradores de Lupion, despedi-me do corpo como Prefeito de Curitiba, em nome do seu povo:

"O Paraná tem a obrigação de resgatar a memória de Moysés Lupion, um homem que pagou com o sofrimento de toda a vida, por sua bondade e caráter".

Os abúlicos, os medíocres e os bajuladores não recebem críticas, porque também não serão jamais dignos de memória.

Mas os homens de caráter, de coragem e de dignidade, sempre pagam um preço, como nos ensinou Sidônio Muralha, mas sem jamais parar.

O Brasil hoje, redemocratizado, está aprendendo a recontar sua história, sem pseudo-heróis e mentiras.

Neste último mês de agosto, assistimos à memória da campanha da legalidade, num fato histórico brasileiro em que se recobra a memória do Governador Leonel Brizola, estigmatizado e humilhado por seus adversários.

Trinta anos da campanha e a História retoma o seu leito natural. Como acontece com os rios, nada pode ser represado em



seu leito natural.

Lupion é um "rebento" histórico e, tal como nossos líderes e estadistas, foi massacrado e perseguido: Getúlio foi, Arraes, Brizola, Goulart, Manoel Ribas, Carlos Lacerda.

A mentira e a calúnia daqueles que querem o poder para si e para seu grupo, formou no Brasil uma legião de injustiçados.

A História sempre retoma o seu leito.

A História sempre faz justiça.

A História pertence ao povo, e ela não pode ser contada pela minoria.

As críticas, as injustiças e as mentiras perpetradas contra Moysés Lupion, procuram atingir-lhe em sua honra, em seu nome, em sua dignidade.

Buscaram-lhe a família, a propriedade, massacrando publicamente a moral de um homem que o tempo mostrou ser intocável.

Lupion não esbravejou. Do alto de sua dignidade, retirou-se para um exílio voluntário, deixando a cargo do tempo, este que virá a página da História, a missão de julgar o certo e o errado.

Roubaram as propriedades desse homem e da sua família, mas não lhe roubaram, por decreto, seu caráter.

A história do desenvolvimento, da vanguarda científica e tecnológica, de um projeto arrojado de educação, saúde e transportes, tem um encontro, obrigatoriamente, com Moysés Lupion.

Não.

O tempo e a arrogância dos medíocres jamais conseguiria apagar da memória dos paranaenses a imagem do Governador que andou pelo meio do povo, a imagem do Governador sério e respeitado, a imagem do Governador de um tempo de credibilidade e respeito às instituições e aos seus representantes.

Naturalmente que para os fracos existe sempre o recurso da conspiração, que é um atilho para os covardes perseguirem seus objetivos.

Mas a História não aceita atalhos, e trata de resgatar a memória dos que nela tiveram papel preponderante.

Moysés Lupion foi um visionário. Alguém que sonhava com um país somando com as nações mais desenvolvidas empenhando para isso a partir do seu Estado, o Paraná.

Foi Governador num tempo de crise e num tempo de prosperidade. Em qualquer dos dois, sempre mostrou-se indignado e revoltado com as desigualdades, no campo e na cidade, pagando com seu nome a decisão de formar com outros líderes, contra a nossa entrega ao capital estrangeiro.

Moysés Lupion era um homem rico. Em cooperação com seus irmãos José, Piero e David, construiu um império econômico re-

presentado, na época, por um faturamento de 50 milhões de cruzeiros, o equivalente então a um quarto do orçamento geral do Estado do Paraná.

Tudo constava de sua relação de bens antes de eleger-se governador, em janeiro de 1947, e é sabido que durante o exercício do cargo de Governador, Moysés Lupion proibiu seus irmãos de irem ao Palácio tratar de assuntos do grupo, deixando patente a distinção das coisas.

A prova da capacidade de mobilização desse homem é dada pela História. Ao candidatar-se, tinha o apoio dos três maiores Partidos - PSD, UDN e PTB, e até, a um só tempo, de integralistas e comunistas. E tinha também o que era inegável, a popularidade do seu próprio nome.

"Este movimento tomou agora, com o apoio, o calor e as energias da gente do Norte, o caráter de uma consagração ao homem do povo", afirmou na época, Paula Soares.

Sua presença na vida paranaense foi tão marcante, que denominou uma fase de nossa história política: o "Lupionismo", que durou vinte anos (1946-1964), no curso dos quais Moysés Lupion foi duas vezes governador (1947-1950 e 1956-1960), além de Senador e Deputado Federal.

Além de suas próprias iniciativas, Moysés Lupion tratou de concluir as obras iniciadas na enérgica interventoria de Manoel Ribas.

Ardorosa e frenética, a UDN acabou passando para a oposição, dando origem a uma das mais atroz campanhas de desmoralização do Governo Lupion, em dimensões nacionais. De um dia para outro, Lupion, que era saudado como realizador e generoso, símbolo da simpatia e da bondade, passou a ser execrado, sendo caluniado como a maior calamidade que jamais, em tempo algum, se abatera sobre o Paraná.

Eleito Senador, retornaria para um segundo mandato, em 1955. Com a Revolução de 64, que estes anos estão aprendendo a recontar, Lupion teve seu mandato de Deputado Federal cassado e seus direitos políticos foram suspensos por dez anos, bem como parte de seus bens confiscados sem qualquer sentença da Justiça.

Naqueles anos penosos, recebeu talvez o mais duro golpe de sua vida, a perda da grande companheira, Dona Hermínia.

Depois, recentemente, recusou o benefício da anistia que era anunciada para perdoar os réus de supostos crimes políticos de corrupção e subversão.

Na sua lucidez, antes de falecer, fazia questão de frisar: "Meus direitos políticos só foram restaurados, parcialmente, em 1974, e integralmente, com a revogação do Art. 185 da Constituição de 69, bem como com a absolvição em várias ações

penais, movidas na década de 60, por absoluta falta de justa causa".

Desfrutou em tranquilidade os últimos anos de sua vida, apoiado pela primeira-esposa, Dona Wilma, e pelos filhos e netos, antes de parentes, admiradores do incomparável caráter lupionista.

Esta sessão que se presta a homenagear Moysés Lupion é, antes de tudo, um culto à memória do povo do Paraná, em cujos braços Lupion sempre foi carregado.

Parar não parou nunca, e esquecer também não esqueceu, por isso pagou caro por seu caráter e bondade.

O Paraná, repito, está obrigado a resgatar a memória de Moysés Lupion, porque este é um preço a pagar para enfrentar o futuro de cabeça erguida."

Esta é a homenagem que nós do Partido do PDT fazemos hoje ao ex-Governador Moysés Lupion. Ao mesmo tempo em que também registramos com muita satisfação aqui presente a esta sessão, do ex-Deputado-Constituinte de 1947, Aldo Laval que também durante o velório fazia a sua oração em homenagem ao grande político e estadista Moysés Lupion.

Não peguei a sua época num todo, mas sim em parte; acompanhei os movimentos e pude sentir na verdade que muitas injustiças se cometeram com este homem. A exemplo do que fazem com Leonel Brizola, a exemplo do que fazem com Getúlio Vargas, e tantos outros estadistas que marcaram pela sua passagem, pela sua coragem e pelo seu destemor em defesa da nossa Pátria.

Fica aqui, portanto, em meu nome, em nome da Deputada Emília Belinati, em nome do Deputado Rafael Greca, quero crer em nome de toda a bancada do PDT, nesta Casa, a homenagem ao ex-Governador Moysés Lupion.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, ex-Deputado Constituinte Aldo Laval, antigo companheiro do PSD, PSD de Moysés Lupion, PSD de tantos paranaenses, conforme frisou muito bem e com muita propriedade Colombino Grassano, que foi sempre um dos expoentes deste Partido.

O Paraná tem sido um Estado feliz pois a partir de Manoel Ribas, com uma única exceção em 1970, quando a Junta Militar nomeou, numa má hora, numa hora infeliz, num infeliz momento, Haroldo Leon Peres para governar o Paraná, o Paraná sempre teve grandes governadores, que deixaram a marca da sua capacidade, a marca do seu dinamismo, em todos os setores da vida pública paranaense. Nós temos que creditar

a todos os governadores, a partir de Manoel Ribas, alguma coisa de boa que existe, hoje no Paraná. Nós não vamos destacar nomes, não vamos falar em Ney Braga, em Jayme Canet, em Paulo Pimentel, mas vamos falar nos governadores que o Paraná teve. Por isso o Paraná é um Estado feliz. Por isso é que o Paraná é hoje uma potência. O Paraná, hoje, economicamente faz inveja a quase todos os Estados da Federação Brasileira.

Mas, a Assembléia Legislativa do Paraná reúne-se hoje no seu Pequeno e Grande Expediente para homenagear Moysés Lupion. Menino pobre, filho de família pobre, também, de Jaguariaíva. Lupion fez uma carreira vitoriosa nos negócios, antes de ser atraído para a vida política pelo saudoso Manoel Ribas. E é bom que se faça um pequeno "interregnum" neste nosso discurso, para dizer que Lupion era a maior fortuna do Paraná. A maior fortuna do Paraná antes de ser Governador. Por isso, não justificam-se as observações que se fizeram, hoje, neste Plenário, com relação a esta justa homenagem que o Poder Legislativo presta a um dos mais eminentes filhos do Paraná.

Lupion saiu do seu Governo, pobre. Empobrecido. E morreu regularmente empobrecido, também. Portanto, ele não fez a sua fortuna na gestão dos negócios públicos. Ao contrário. Ele perdeu a sua fortuna nas gestões governamentais a que se dispôs realizar, em favor do Paraná.

Lupion ingressou na vida política através de Manoel Ribas. Foi duas vezes Governador dos paranaenses. Senador da República e Deputado Federal. Sempre num crescendo de votos que o consagraram diante do eleitorado. Tanto que ao se eleger, em 1947, como Governador em seu 1º mandato, recebeu 91.059 votos.

Ao se eleger Governador pela segunda vez, em 1955, recebeu 217.627 votos. Sua gestão, em 1947 foi inovadora e revolucionária. Assumindo o Palácio Iguazu quando o Paraná mal passava de um milhão de habitantes, aplicou um plano de administração vitorioso, que sem aumentar os impostos - isso é importante: sem aumentar os impostos. Nunca houve aumento de impostos no 1º Governo de Moysés Lupion.

Ele conseguiu levar, - embora este pormenor -, benefícios públicos aos 57 municípios de então, criando as condições para a atração de mais de um milhão de imigrantes, dobrando a população paranaense; foi a época de ouro da colonização do Norte do Paraná com a plantação dos cafezais, com o surgimento das cidades em pleno sertão, a penetração de estradas pelas matas nunca antes violadas, criação da riqueza pelo trabalho e pela presença vigilante de um Governador operoso.

Já naquela época Lupion mostrava o descortínio ao lançar uma plataforma de campanha baseada num plano de Governo que foi seguido à risca, era o Plano de Libertação Econômica do Paraná, este plano previa as ligações rodoviárias e ferroviárias que até hoje formam os grandes troncos de circulação das riquezas paranaenses; a criação das escolas estaduais que formaram gerações de patriotas nossos; a efetiva implantação das comarcas e das unidades de segurança pública.

Aqui também vai um pequeno interregno.

Lupion foi um homem que Governou com a imaginação, com a inteligência, muito além do seu tempo, tudo o que ele construía era grandioso.

Eu vou dar aqui um exemplo para os Deputados jovens, aqueles que não seguiram a carreira desse grande paranaense. O Hospital de Almirante Tamandaré era um posto de saúde construído no Governo Moysés Lupion, mas dada as suas dimensões, hoje está sendo utilizado como hospital.

O Grupo Escolar Carolina Lupion em Cambará, foi construído por Moysés Lupion quando Cambará mal passava dos quinze mil habitantes, hoje abriga quatro mil e quinhentos alunos e tem os cursos de primeiro, segundo graus e colegial.

Então, por aí e por esse Paraná afiora vê-se que ele foi um grande homem que administrava além do seu tempo, prevendo um Paraná grandioso, prevendo um Paraná gigantesco, dando dimensões também a sua obra administrativa. Esta talvez seja a maior característica do seu Governo.

Eu como o Deputado Colombino Grassano, participamos do seu Governo, o Deputado Colombino Grassano na qualidade de Secretário de Estado, eu como Diretor do DST, hoje DETRAN, durante dois anos; e nós pudemos sentir nas conversas que tínhamos a respeito de assuntos administrativos com o então Governador Moysés Lupion, a sua grandesa de espírito, a sua capacidade de trabalho, a sua vontade de tornar esse Paraná de fato um grande Estado.

Dizem que Lupion, que houve escândalos de terras no Governo de Lupion; foi ao contrário, ele doou a empregadas domésticas, a motoristas, a políticos, doou terra a todos os paranaenses, abrindo o Paraná, possibilitando que o Paraná saltasse de cinquenta e sete para cento e sessenta Municípios. É esta a grande virtude da sua obra administrativa.

A criação das escolas estaduais que formaram gerações e patriotas nossos, a efetiva implantação das comarcas e das unidades da Segurança Pública garantindo a tranquilidade no interior do vasto território; a presença de uma rede de repartições fazendárias para dar base legal à circulação das nossas novas e iminentes

riquezas.

Lupion cercou-se para a execução desse plano de uma extraordinária equipe de auxiliares e recebeu sustentação Parlamentar através de sua Bancada, do PSD, e de Partidos que lhe davam apoio na Assembléia Legislativa.

O plano ensaiado se tornou lei, a lei estadual número 105, de 1948, que planifica as obras e serviços do Estado. Nada se fez ao improvisado, mas tudo se fez com seriedade e espírito público, sob as vistas dos representantes do povo.

A época de Lupion dava satisfações ao Poder Legislativo, prestigiava o Poder Legislativo. Cada decreto seu era minuciosamente exposto à Mesa Diretiva dos trabalhos da Assembléia Legislativa e os Deputados que compunham essa Casa Parlamentar. Sempre os representantes do povo estiveram pari passu os atos do seu governo, ele tinha um profundo respeito pelas instituições públicas, pelo Poder Judiciário, pelo Poder Legislativo - ao contrário do que ocorre hoje que Poder Legislativo não existe, Poder Judiciário só se faz sentir pelo receio que alguns dirigentes têm do Poder Judiciário, mas não que tenham respeito por ele.

(Lê):

Mas a carreira de Lupion, que se prefigurava prenhe de satisfações, foi toldada pela inveja, a dolorosa inveja que golpeia tantos Líderes desta terra e que, talvez nos tenha impedido de darmos uma contribuição mais ampliada para o Brasil.

Lupion não escapou a essa desgraça que aflige a nossa cultura paranaense: Foi injustificado e perseguido, até como efeito de uma ocorrência histórica que lhe tornou mais dolorosa a provação - o movimento revolucionário de 1964.

Naqueles tempos de suspensão das garantias constitucionais regulares, a defesa das pessoas atingidas se tornava precária e Lupion teve seus bens confiscados, seus direitos políticos suspensos.

É bem verdade que depois a própria justiça, em todos os foros, reconheceu-lhe a inocência, proclamada mediante farta documentação reunida e exposta no respeitadíssimo livro de Raul Vas, intitulado "Lupion - a Verdade".

Mas, quanto sofreu o grande homem público a guisa dessas calúnias. Tanto que, numa sessão do Senado, em 1955, ao responder a uma acusação gratuita, Lupion se confessou dono de uma grande fortuna: "Realmente, sou dono de uma fortuna que quero declarar ... Tenho a fortuna de ser brasileiro tenho a fortuna de ter nascido no Paraná; tenho a fortuna da memória dos meus Pais, de amar minha mulher e meus filhos; sobretudo, tenho a fortuna de merecer a confiança dos meus conterrâneos".

Sem dúvida uma resposta lapidar, que emudeceu os adversários...

Na obra de Raul Vaz desfilam os depoimentos dados por Lupion a eminentes jornalistas patrióticos, muitos deles ainda presentes nas lides da imprensa, em que o grande Tribuno do Norte Pioneiro abria um coração sem mágoas, pronto a perdoar os seus ofensores.

Antes de falecer, prestando um depoimento para a memória de nossa gente, Lupion expressava sua grandeza de alma, ao proclamar que partia sem ódio, porque sobretudo aprendera a renúncia prevista nos preceitos sagrados das escrituras, que ele tanto obedecia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu teria ainda muita coisa a falar sobre Moysés Lupion, mas os oradores que me antecederam, especialmente Colombino Grassano foi de uma felicidade extraordinária, porque contou à Casa para que os Anais fiquem eternamente registrados com a presença deste grande paranaense. Contou à Casa a saga de um homem que foi tão infeliz por ter querido o bem do Paraná, contou a esta Casa tudo que Lupion fez, contou a esta Casa a sua trajetória política, os amigos que acompanharam e que não o abandonaram jamais. Claro que houveram deserções, porque isso sempre acontece, a ingratidão é do gênero humano e isso ninguém pode evitar, mas os verdadeiros amigos sempre acompanharam esse eminente paranaense até sua morada final.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, para em nome da Bancada do PMDB e dos Deputado aliados à nossa Bancada, manifestar também o nosso contentamento pela iniciativa desta Assembléia Legislativa em render estas homenagens que hoje aqui se prestaram ao ex-Governador Moysés Lupion.

Pudemos hoje aprender um pouco mais sobre este brilhante homem público que por duas ocasiões governou o nosso Estado, através das palavras do Deputado Colombino Grassano, que foi seu colaborador direto no Governo, a exemplo também do Deputado Erondy Silvério e também das palavras do Deputado Algaci Túlio.

Alguma coisa da história de Moysés Lupion nós conhecemos. Algumas informações através do Dr. Vaz; lemos algumas coisas que escreveu sobre Moysés Lupion. A maioria talvez através de nosso pai, Natal Pessuti, que desde 1948 residindo no Paraná, perfilou ao lado daqueles que somavam força com a administração de Moysés Lupion neste Estado.

Mais ainda pudemos aprender sobre Moysés Lupion quando do período em que estivemos residindo na Casa do Estudante Uni-

versitário de Curitiba, a nossa querida CEU, e lá constantemente conversávamos com uma das figuras maravilhosas que também pode o Paraná receber ao longo de sua história, o Padre Gustavo Henrique Pereira Filho, capelão daquela Casa, hoje capelão também do Palácio da Justiça, da Assembléia Legislativa e do Palácio Iguagu, Cidadão Curitibano e Cidadão Honorário do Paraná, pelos serviços que prestou a este Estado.

Padre Gustavo foi, sem sombra de dúvidas, uma das pessoas que sempre esteve ao lado das iniciativas de Moysés Lupion neste Estado. E como bem disse o Deputado Erondy Silvério, por tudo aquilo que podemos conhecer de trabalho desenvolvido por Moysés Lupion no Paraná, temos a mesma visão que Vossa Excelência. Ele governou, trabalhou, construiu, edificou não para o Paraná apenas de sua época, mas o fez para um Paraná do futuro, principalmente por este aspecto que muito nos toca que foi a construção da Casa do Estaduante Universitário do Paraná que aconteceu no seu Governo pelas mãos de uma pessoa tão maravilhosa quanto ele, sua esposa Dona Hermínia Rolim Lupion. Dona Hermínia foi, sem sombra de dúvida, uma das maiores aliadas dos jovens estudantes universitários do Paraná, primeiro quando se instalou o restaurante universitário onde hoje funciona o restaurante Pasquale, no Passeio Público; posteriormente, ao lado de Oséias de Castro Neves, em 1948, presidente da UPE, fundaram e implantaram no Paraná a Casa do Estudante Universitário que funcionava na Rua Luiz Xavier.

E no segundo Governo de Lupion edificou-se esta obra maravilhosa na Rua Luiz Leão, ao lado do Passeio Público e do Colégio Estadual do Paraná, por onde centenas e milhares de jovens, na sua maioria carente de recursos financeiros puderam ter em Curitiba uma segunda casa, um segundo lar e, desta forma se prepararem, como disse o Deputado Erondy Silvério, para um Paraná do futuro. Nós por lá passamos e outros tantos companheiros por lá também passaram.

Tudo aconteceu graças ao tirocínio de um Governador como foi Moysés Lupion. Graças à sensibilidade de uma senhora como foi Dona Hermínia Rolim de Lupion.

Por isto nos somamos às palavras do Deputado Colombino, do Deputado Erondy Silvério e queremos, sensibilizados, cumprimentar a Presidência da Mesa por esta iniciativa que nos permite rememorar a conhecer um pouco mais a figura daquele que foi um dos maiores Governadores que o Paraná já teve.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Ouvimos com atenção as palavras, os depoimentos dos ilustres Deputados Colombino Grassano, Algaci Túlio, Erondy Silvério sem que pedissemos partes durante seus discursos, porque entendemos que falaram os Senhores Deputados em nome da Casa, de todas as Bancadas, mas como o Líder do Governo e da Bancada Majoritária nesta Casa, Deputado Pessuti, levanta também a sua voz para manifestar a solidariedade da sua Bancada em favor de Moysés Lupion, do que ele representou como político e como homem humano que foi como a história registra, não podia também a Bancada do meu partido, o PFL, deixar de manifestar-se nesta oportunidade de solidariedade às palavras dos oradores, que puderam resumidamente, sinteticamente fazer algumas referências ao muito que fez e que significa Moysés Lupion para o desenvolvimento do Paraná.

Lembro-me, quando da campanha do meu pai, Pedro Zanusso, para a Prefeitura de Nova Esperança, tendo como líder principal o ex-Deputado Dirceu Viana que está presente nesta sessão e que dá assessoramento ao ilustre Deputado Colombino Grassano, durante a campanha e presença, inclusive, do Deputado Colombino Grassano naquela memorável eleição de 56 e, depois, o quanto o Governo Moysés Lupion foi importante para Nova Esperança, que nascia, e toda aquela região. Como nós, derrubavam as matas, plantavam o café e uma cultura que, nós sabemos, demorava quatro, cinco anos para produzir os seus frutos. Foi um período de dificuldades que nós sabemos vencer no Noroeste do Paraná, mas que nunca prescindimos do apoio constante, permanente, de Moysés Lupion.

Portanto, nessa referência rápida, Senhor Presidente, também ao cumprimentar a Mesa pela felicidade desta sessão, queremos dizer que nós temos de mais caro o culto aos vultos, aos acontecimentos da nossa história por este fato que se registra do quanto, repito, significou e significa para a nossa história e para o desenvolvimento do Paraná Moysés Lupion.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 44/91, suscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rossini, constante do expediente, justificando sua ausência da sessão plenária do dia 05 do corrente mês, por motivo de reu-

nião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de Medianeira.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/91, de autoria do Deputado ÉLIO LINO RUSCH, altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9368 de 17 de setembro de 1990 (cria o município de Quatro Pontes). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, declara de Utilidade Pública a Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha - APROMOCARF. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17, de 12.03.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 052/91

##### PARECER:

Declara de Utilidade Pública a Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha - APROMOCARF.

Sob nossa análise o Projeto de Lei nº 052/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que trata da declaração de Utilidade Pública da Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha - APROMOCARF.

Convertido em diligência, o autor complementa o Projeto com as informações necessárias à sua análise neste Legislativo.

No âmbito jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõe a Lei nº 6994, de 10.01.78, que regulamenta a matéria. Igualmente verifica-se o cumprimento, na propositura e de parte da instituição em epígrafe, das exigências contidas no diploma legal retro mencionado.

No mérito, também, não encontramos óbice que possa impedir a tramitação da matéria.

Manifestamos, desta forma, nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 052/91, dando-o em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente

(a) OVÍDIO CONSTANTINO  
Relator



1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, denomina Rodovia Dr. Moacyr Loures Pacheco, a Rodovia Estadual PR-480 que interliga a PR-323 à PR-082, interligando os municípios de Umuarama, Maria Helena, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha e Tapira. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 66, de 10/06/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 228/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, objetiva o presente plano de lei denominar "Rodovia Dr. Moacyr Loures Pacheco", a Rodovia Estadual PR-480 que interliga PR-323 à PR-082, interligando os municípios de Umuarama, Maria Helena, Nova Olímpia, cidade Gaúcha e Tapira.

O projeto de lei está devidamente justificado com termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente

(a) JOAO IENSEN  
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 228/91

P A R E C E R:

O plano de lei de autoria do ilustre Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, objetiva denominar "Rodovia Dr. Moacyr Loures Pacheco", a Rodovia Estadual PR-480 que interliga a PR-323 à PR-082, e também os municípios de Umuarama, Maria Helena, Nova Olímpia, cidade Gaúcha e Tapira.

O presente projeto de lei está de acordo e devidamente justificado com os termos do Regimento Interno. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer está de acordo com a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(a) CÉSAR SILVESTRI  
Presidente

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 830/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, declara de Utilidade Pública o Núcleo

de Pesquisas Ufológicas, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 66, de 10/06/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 230/91

P A R E C E R:

Declara de Utilidade Pública o Núcleo de Pesquisas Ufológicas, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se sob análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 230/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que objetiva declarar utilidade pública o Núcleo de Pesquisas Ufológicas, com sede e foro nesta capital.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no disposto na Lei Estadual nº 6994, de 10/01/78, verificando-se o cumprimento, de parte da instituição em epígrafe, das exigências previstas no mencionado diploma legal.

No mérito, não vislumbramos óbice à aprovação da propositura.

Manifestamos, ante o exposto, nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 230/91, encontrando-se o mesmo em condições de seguir sua normal tramitação nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(a) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente

(a) OVIDIO CONSTANTINO  
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao cantor e compositor Francisco Buarque de Holanda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 05/08/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 290/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao cantor e compositor Francisco Buarque de Holanda.

Este plano de lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei nº 5.638, de 13/09/67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de títulos de cidadania paranaense.

Constitucionalmente não há óbice que possa impedir sua normal tramitação por este Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.



É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(1) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(1) ALCEU SWAROWSKI

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 300/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Quedas do Iguaçu-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. n° 89, de 05/08/91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 300/91

PARECER:

Declara de Utilidade Pública a APAE do Município de Quedas do Iguaçu-PR.

Pretende o ilustre Deputado João Arruda, por intermédio do Projeto de Lei n° 300/91, declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Quedas do Iguaçu, neste Estado.

Em sua justificativa, argumenta o proponente que a mencionada entidade é mantenedora da Escola Especial Bem Me Quer, especializada no atendimento a crianças portadoras de deficiências.

Sob o aspecto jurídico, a matéria encontra amparo no disposto na Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, verificando-se inclusive a observância das exigências do mencionado diploma legal.

Concluimos, desta forma, pela legalidade do Projeto de Lei n° 300/91, manifestando nosso parecer favorável à sua normal tramitação neste Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(1) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(1) OVIDIO CONSTANTINO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 301/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, declara de Utilidade Pública o Albergue Santa Luíza de Marillac de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 89, de 05/08/91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 301/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado JOÃO PREIS, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública o "ALBERGUE SANTA LUIZA DE MARILLAC", com sede e foro na Cidade de

Maringá.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais deste Poder Legislativo, estando devidamente justificado.

Da mesma maneira, atende as especificações contidas na Lei n° 6994, que dispõe sobre os requisitos para a declaração de utilidade pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem legal ou regimental, manifesto-me favoravelmente pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(1) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(1) COSTENARO NETO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Euclides Girolamo Scalco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 89, de 05.08.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 305/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, tem por finalidade conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EUCLIDES GIROLAMO SCALCO.

Este plano de lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei n° 5638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania honorária paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(1) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(1) ALCEU SWAROWSKI

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 313/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, declara de Utilidade Pública a Associação Mercedes Cenovicz - AMEC, filantrópica e cultural, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90, de 06.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 313/91

PARECER:

I - O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação Mercedes Cenovitz - AMEC, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

II - Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

III - Assim sendo, esta relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) EMÍLIA BELINATI

Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 317/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Icaraíma. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. n° 91, de 07/08/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 317/91

PARECER:

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Icaraíma.

Procedemos à devida análise ao Projeto de Lei n° 317/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Icaraíma.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõe a Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria, verificando-se também o cumprimento, de parte da instituição em epígrafe, das exigências contidas no mencionado diploma legal para merecer a declaração de utilidade pública.

Manifestamos, desta forma, nosso parecer favorável, tanto do ponto de vista jurídico como no mérito, à tramitação do Projeto de Lei n° 317/91, dando-o em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 318/91, de autoria do Deputado NEIVO BE-RALDIN, declara de Utilidade Pública a creche Nossa Senhora do Carmo, de Paranavaí-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 91, de 07/08/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 318/91

PARECER:

O ilustre parlamentar propõe projeto de lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora do Carmo com sede e foro na Cidade de Paranavaí-PR.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) EMÍLIA BELINATI

Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 336/91, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Rolândia, com sede e foro no município de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 95, de 13.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 336/91

PARECER:

O Projeto de Lei n° 336/91, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo declarar de Utilidade Pública, a "CASA DA CRIANÇA DE ROLÂNDIA", com sede e foro no município de Rolândia.

Constatamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto em pleno acordo com a legislação, inexistindo assim qualquer impedimento tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima exposta, a justificativa apresentada pelo autor e o constante no relatório de atividades da entidade, nos convence plenamente da sua oportunidade, razão pelas quais emitimos o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente Santa Luíza", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 95, de 13.08.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 340/91

PARECER:

Sob nossa análise o Projeto de Lei nº 340/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação Beneficente Santa Luíza", com sede e foro nesta Capital.

No âmbito jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõe a Lei nº 6.994, de 10.01.78, verificando-se também o cumprimento, de parte da instituição em epígrafe, das exigências contidas no mencionado diploma legal.

Neste sentido, concluímos pela legalidade do Projeto de Lei nº 340/91, dando-o em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Nós queremos trazer uma preocupação a esta plenária, aos Senhores Deputados.

A questão da terra que tem sido discutida na Comissão de coordenação da questão da terra, diz respeito à questão rural. Em nossa Capital existem também inúmeras ocupações de terra e nessa madrugada, numa das ocupações localizada no bairro na Vila Ostermak.

Nessa madrugada, dois elementos encaixados feriram duas pessoas que lá estão acampadas. Isto é uma questão muito séria e nós chamamos a atenção deste Parlamento e, principalmente, ao Líder do Governo, para que leve essa preocupação nossa até a Secretaria de Segurança Pública.

Ao lado desse acampamento de trabalhadores sem teto, existem homens armados dia e noite, 24 horas por dia, vigiando a terra, ou seja, milícias particulares que deve ser colocado um fim nisso no nosso País, não só na área rural, mas inclusive na área urbana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 2239-A, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para encaminhar)

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não sei qual é a ordem de privilégios de discussão dos documentos, mas eu acharia interessante discutir esse documento hoje, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente, regimentalmente, a discussão está adiada.

Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2239, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2240, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2242, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2235, 2236, de autoria do Senhor Deputado Antônio Amibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2237, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2238, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2241, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2225, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

deferir e irá proceder à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação).

8 Senhores Deputados aprovam, 5 Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 052/91, 228/91, 230/91, 290/91, 300/91, 301/91, 305/91, 313/91, 317/91, 318/91, 336/91 e 340/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 172/91, 359/91, 360/91, 362/91, 363/91, 364/91 e 377/91.

Levanta-se a sessão.

Atos das Comissões:

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Deputado Toti Colaço. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, com o seguinte projeto de lei: PROJETO DE LEI N.º 186/91, de autoria do Deputado Váldir Rossoni, que tem por finalidade criar o Programa de Mutirão Habitacional Rural com parecer do Deputado Edson Lino. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
Solange Mann - Secretária

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização,

sob a presidência do Deputado Toti Colaço. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, com o seguinte projeto de lei: PROJETO DE LEI N.º 120/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo doar à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, área que especifica, com parecer favorável do Deputado Antonio Costenaro Neto. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
Solange Mann - Secretária

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 13.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Mário Bezerra e Nelson Garcia. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 358/91, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 73/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n.º 327/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 55/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n.º 364/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 70/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n.º 359/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 71/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n.º 360/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 74/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n.º 361/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 69/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n.º 362/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 72/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente

encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 12.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senho-

res Deputados: Nelson Garcia, Rafael Greca e Renato Adur. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 350/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 67/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Wilson Penka - Secretário